



Administra Brasil
Cursos Online Profissionalizantes

Curso online de
Construção do Conhecimento na Educação Infantil

Não é necessário se cadastrar ou fazer provas.

Você estuda e se certifica por isso.

Bom aprendizado!

CARGA HORÁRIA NO CERTIFICADO: 60 HORAS

Conteúdo Programático

1. Introdução
2. Uma breve história
3. Educação Infantil no Brasil
4. A construção do conhecimento na educação infantil
5. Práticas pedagógicas
6. Papel do educador
7. Considerações Finais

Capítulo 1

Introdução

Concepções da criança, infância e educação infantil

Entende-se a **criança** como um ser diferente do adulto, diferenciando na idade, na maturidade, além de ter certos comportamentos típicos.

Contudo, desconsiderando a idade, o limite entre criança e adulto é complexo, pois este limite está associado à cultura, ao momento histórico e aos papéis determinados pela sociedade.

Estes papéis dependem da classe social-econômica em que está inserida a criança e sua família. Não tem como tratar a criança analisando somente sua “natureza infantil”, desvinculando-a das relações sociais de produção existente na realidade. A valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tendo sido modificadas a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social.



Arte: Crianças

Capítulo 2

Uma breve história

Pequeno Adulto

Na Idade Média, vivia-se uma sociedade feudal, onde os senhores de terra possuíam um poder quase que monárquico nos seus domínios, construindo suas leis, sua cultura, suas moedas, seus valores e etc. A Igreja e o Estado serviam para legitimação política e limitação dos poderes dos senhores feudais.

Nesta época, a criança era considerada um pequeno adulto, que executava as mesmas atividades dos mais velhos.

Aos sete anos, a criança (tanto rica quanto pobre) era colocada em outra família para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, através de aquisição de conhecimento e experiências práticas.

Os colégios existentes nesta época, dirigidos pela Igreja, estavam reservados para um pequeno grupo de clérigos (principalmente do sexo masculino), de todas as idades. Não existia traje especial para diferenciar adulto de criança, mas os trajes que diferenciavam as classes sociais.

Século XIII

A partir do século XIII, há um crescimento das cidades devido ao comércio. A Igreja Católica perde o poder com o **surgimento da burguesia**, sendo este o responsável pela assistência social. Concentra-se a pobreza. E a partir do século XVI, descobertas científicas provocaram o prolongamento da vida, ao menos da classe dominante.

Neste mesmo momento, surgem duas atitudes contraditórias no que se refere à concepção de criança: uma a considera ingênua e inocente e é traduzida pela bajulação dos adultos; enquanto a outra a considera imperfeita e incompleta e é traduzida pela necessidade do adulto moralizar a criança. Essas duas atitudes começam a modificar a base familiar, dando origem à família burguesa.

Idade Moderna

Na Idade Moderna, a **Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de Estados laicos** trouxeram modificações sociais e intelectuais, modificando a visão que se tinha da criança.

É na Idade Moderna que surgem as **primeiras propostas de educação** e moralização infantil. Se na sociedade feudal a criança começava a trabalhar como adulto logo que passa a faixa da mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura.

Também surgem as **primeiras creches** para abrigarem filhos das mães que trabalhavam na indústria. Nesse período as crianças da burguesia passam a ter trajes diferenciados. As crianças das classes baixas continuam com os trajes iguais dos adultos.

Idade Contemporânea e expansão do capitalismo

No capitalismo, com as mudanças científicas e tecnológicas, a criança precisava ser cuidada para uma atuação futura. A sociedade capitalista, através da ideologia burguesa, caracteriza e concebe a criança como um ser não-histórico, não-crítico, fraco e incompetente, economicamente improdutivo, que o adulto deve cuidar. Isso justifica a subordinação da criança perante o adulto.

Na educação, cria-se o primário para as classes populares, de pequena duração, com ensino prático para formação de mão-de-obra; e o ensino secundário para a burguesia e para a aristocracia, de longa duração, com o objetivo de formar eruditos, pensantes e mandantes.

E por causa da fragmentação social, a escola popular se tornou deficiente em muitos aspectos. O padrão de criança era a criança burguesa, mas nem todas eram burguesas – nem todas possuíam uma bagagem familiar a qual aproveitada pelo sistema educacional. E para resolver tal problema, criaram-se os programas de cunho compensatório para supri-las.

Essa educação compensatória começou no século XIX com **Pestalozzi, Froebel, Montessori e McMillan**. A pré-escola era encarada por esses pensadores como uma forma de superar a miséria, a pobreza, a negligência das famílias. Atualmente, a criança, e inclusive os pais destas, são seres dependentes da tecnologia, e que terceiram, muitas vezes, o papel de educar para a escola que, por sua vez, tem o papel de ensinar.



Arte: Crianças e o uso da tecnologia

Educação Infantil no Brasil

Fases da educação básica brasileira

No Brasil Escravista, a criança escrava entre 06 e 12 anos já começa a fazer pequenas atividades como auxiliares. A partir dos 12 anos eram vistos como adultos tanto para o trabalho quanto para a vida sexual. A criança branca, aos 06 anos, era iniciada **nos primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras**. Vestia os mesmos trajes dos adultos.

As primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e se dirigiram contra o alto índice de mortalidade infantil, que era atribuído aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores e a falta de educação física, moral e intelectual das mães.

Com a **Abolição** e a **Proclamação da República**, a sociedade abre portas para uma nova sociedade, impregnada com ideias capitalista e urbano-industrial. Neste período, o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança.

O surgimento das creches no Brasil e políticas públicas para a criança

No Brasil, o **surgimento das creches** foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física.

Em 1919, foi criado o **Departamento da Criança no Brasil**, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

A partir dos anos 30, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização do poder.

Da década de 60 e meados de 70, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência, etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta a Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos esse nível, em 1971. Neste mesmo ano, a lei 5692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começaram esse processo sem ajuda do Estado e da União.

Em **1970**, existe uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso, foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa.

Nos **anos 80**, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Através de congressos, da ANPEd e da Constituição de 88, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino (tanto creches como escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

Com a Constituição de 88, tem-se a construção de um regime de cooperação entre estados e municípios, nos serviços de saúde e educação de primeiro grau. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além de reafirmar serem a creche e a pré-escola um direito da criança de zero a seis anos, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico.

Neste período, o país passa por um momento muito difícil, pois aumentam-se as demandas sociais e diminuem-se os gastos públicos e privados com o social. O objetivo dessa redução é o encaminhamento de dinheiro público para programas e público-alvo específico.

Nos dias atuais

Com a criação do **Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90**, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nos **anos 90**, o Estado brasileiro vê na privatização das empresas estatais o caminho para resolver seu problema de déficit público, não tentando resolver com um projeto mais amplo de ampliação industrial. Com essa situação, na educação tem-se aumentado a instituição de programas de tipo compensatório, dirigido para as classes carentes. Esse programa requer implementação do sistema de parceria com outras instituições, já que o Estado está se retirando de suas funções.

A educação infantil é muito recente, sendo aplicada realmente no Brasil a partir dos anos 30, quando surge a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país. E a educação infantil pública é muito ineficiente devido à política existente no governo brasileiro, que possui a estrutura e recursos suficientes, mas não o interesse nesse setor importantíssimo para a sociedade.

A construção do conhecimento na educação infantil

O educador é impelido a refletir sobre as práticas educativas voltadas para a criança e provocam a necessidade de trazer um novo significado e de reorganizar os espaços educacionais, mais especificamente a creche e a pré-escola, de modo a estruturá-los criticamente diante das transformações sociais que afetam a criança na contemporaneidade. Para tanto, é necessário tornar presente as relações passado-presente-futuro, buscando compreender, através da trajetória da infância na história, o que é ser criança hoje.

Diversos autores vêm se dedicando à reflexão sobre as relações entre infância e contemporaneidade, denunciando, entre outros aspectos: o isolamento dos sujeitos e o empobrecimento das relações comunitárias e familiares; a perda crescente de espaço físico interno e externo, com moradias cada vez menores e precárias e a não utilização pelas crianças dos espaços públicos para brincadeiras coletivas; a erotização precoce; a grande exposição da criança à TV, na maioria das vezes sem a mediação dos adultos, e a conseqüente exposição a todo tipo de programa e informação e a cultura do consumo como forte mediadora das relações entre os sujeitos.

A Brincadeira e o espaço de aprendizagem

Diante das questões colocadas até aqui, dois grandes eixos devem ser considerados: **a brincadeira**, como atividade cultural que deve ser incorporada ao currículo da Educação Infantil; o **papel mediador do professor** e a ideia da **construção do conhecimento** em rede como orientadora do planejamento pedagógico e da seleção e tratamento dos conteúdos curriculares. A brincadeira: espaço de aprendizagem, de imaginação e de reinvenção da realidade. No início da vida da criança, sua ação sobre o mundo é determinada pelo contexto perceptual e pelos objetos nele contidos.

Entretanto, quando se iniciam os jogos de faz-de-conta, há um novo e importante processo psicológico para a criança: o processo de imaginação, que lhe permite desprender-se das restrições impostas pelo ambiente imediato. A criança é agora capaz de modificar o significado dos objetos, transformando uma coisa em outra. Esse processo tem implicações importantes no desenvolvimento da criança, particularmente naquilo que se refere à construção de significados sobre o mundo que a cerca. Há um aumento da flexibilidade em usar os objetos, a partir da flexibilidade em instaurar-lhe novos significados pelo processo de imaginação. Essa nova forma de operação com significados lhe oferecem um novo campo de compreensão e de invenção da realidade.

Para as crianças, um cabo de vassoura torna-se cavalo e com ele galopa para outros mundos, pedrinhas viram comidinhas e com elas faz deliciosos e saborosos pratos, um pedaço de tecido transforma-as em príncipes, princesas ou heróis, conduzindo-as aos castelos, campos e outros tempos e lugares. Ao criar suas histórias de faz-de-conta, retira os elementos de sua fabulação das experiências reais vividas anteriormente, mas combina esses elementos, produzindo algo novo. Essa capacidade de compor e combinar o antigo com o novo é a base da atividade criadora do homem.

Ao brincar, as crianças exploram e refletem sobre a realidade a cultura na qual vivem, incorporando e, ao mesmo tempo, questionando regras e papéis sociais.

O brincar é, portanto, uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento das crianças pequenas. Através das brincadeiras, a criança pode desenvolver algumas capacidades importantes, tais como: a atenção, a imitação, a memória, a imaginação.



Arte: Crianças e o uso da tecnologia

Também é possível identificar relações dialéticas entre a imaginação e a realidade: na convivência do “eu” real da criança com o “eu” dos papéis representados; papéis e relações já vividos e papéis e relações não vivenciados; ações reproduzidas e ações antecipadas/criadas; a utilização da linguagem nas narrativas das situações imaginadas, como falas dos papéis e sua utilização como instrumento de planejamento, de negociações, de explicitações, instruções; as formulações em tempo passado daquilo que se vai fazer no futuro (“agora eu era o príncipe”); o desenrolar do jogo em dois planos simultâneos: o tempo e o espaço físico concreto e o tempo e o espaço físico simbólicos.

Pode-se dizer que nas brincadeiras as crianças podem ultrapassar a realidade, transformando-a através da imaginação. Embora o jogo de faz-de-conta seja caracterizado pela **dimensão imaginária**, é preciso argumentar que, ao lado do desprendimento possibilitado pela imaginação, encontra-se a subordinação às regras impostas pela realidade.

O **processo de imaginação**, estreitamente relacionado ao brincar, é a base de qualquer atividade criadora, sendo condição para a criação artística, científica e técnica. O mundo da cultura é produzido pela atividade criadora do homem que, por sua vez, não é uma capacidade inata, mas, sim, construída historicamente nas relações sociais.

Práticas pedagógicas

Educação Infantil: diferentes formas de conceber a brincadeira

Na **Educação Infantil**, tem-se visto diferentes formas de se conceber a brincadeira. Uma delas é a concepção estruturalista e organicista do brincar, isto é, uma concepção calcada numa visão de natureza infantil, biologicamente determinada, segundo a qual a brincadeira é vista como uma atividade natural e espontânea, originada na própria essência da criança.

As práticas de Educação Infantil calcadas nessa visão encaram a brincadeira apenas como atividade recreativa, que permite que as crianças relaxem e liberem energias contidas. Em práticas mais tradicionais, observa-se a restrição ou o impedimento de sua ocorrência no espaço escolar, pois é considerada um estorvo na situação de aprendizagem; as oportunidades de brincar limitam-se à hora do recreio e, quando possível, nos momentos de chegada e de saída da instituição.

Uma outra tendência, talvez a mais comum, é a utilização da brincadeira como **instrumento didático**. O **brincar**, nessa perspectiva, é concebido como preparação para a escolaridade futura, através da sua transformação em exercícios e treinamentos. **O educador usa a brincadeira para ensinar** noções e habilidades como cores, formas, partes do corpo, numerais, entre outras. É usada como forma de sedução e treinamento para a aprendizagem.

A importância do brincar

O **brincar** é importante para o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças. É brincando que eles aprendem a agir, constrói seus conceitos e princípios morais e sociais.

O ato de brincar é importante para o desenvolvimento infantil, pois, ao entrar em contato com os brinquedos, a criança tem a oportunidade de substituir objetos reais, como, por exemplo, uma cozinha de brinquedo, mesinhas, carrinhos, quadro de giz, etc.

As brincadeiras contribuem de forma significativa para a interação entre as crianças e os adultos, em que podem experimentar novos comportamentos e inseri-los em seu contexto social. Bons exemplos disso são as brincadeiras em grupo, como pique-pega, pique-esconde, teatrinhos, amarelinha, etc.

As brincadeiras se apresentam de diversas formas, **variando de acordo com os costumes regionais, gerações e também a idade das crianças.**

A brincadeira constitui-se, basicamente, em um **sistema que integra a vida social das crianças.** Caracteriza-se por ser transmitida de forma expressiva de uma geração a outra ou aprendida nos grupos infantis, na rua, nos parques, escolas ou festas, e incorporada pelas crianças de forma espontânea, variando as regras de uma cultura a outra (ou de um grupo a outro).

Muda-se a forma, mas não o conteúdo da brincadeira. O conteúdo refere-se aos objetivos básicos da brincadeira, e a forma é a organização da brincadeira no que diz respeito aos objetos ou brinquedos, espaço, temática, números de jogadores, etc.



Arte: Brincando de amarelinha

O **brinquedo** não é apenas um instrumento que confere sensação de prazer às crianças, mas também tem a função de colaborar com o desenvolvimento intelectual das mesmas.

As crianças possuem necessidades que variam de acordo com sua faixa etária, isto é, com seu desenvolvimento ao longo dos anos.

Uma criança pequena satisfaz seus desejos facilmente, ao passo que uma criança mais velha, em idade pré-escolar, por exemplo, passa a ter grande quantidade de desejos que podem não ser realizados de imediato. Assim, essa criança passa a criar um mundo lúdico em que se pode realizar suas fantasias, o que faz aparecer à necessidade de brincar e do brinquedo.

O brinquedo possui papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, criando sentimento de satisfação, felicidade, despertando a curiosidade e estimulando a criatividade.



**“As crianças não
brincam de brincar.
Elas brincam de
verdade.”**

Mário Quintana

O papel do educador

Em primeiro lugar, é necessário salientar a importância da **observação das brincadeiras** das crianças como fonte de conhecimento das mesmas quanto às suas formas próprias de pensar e agir sobre o mundo. Além de observar, é fundamental que os educadores compartilhem das brincadeiras das crianças fornecendo-lhes espaço, tempo e materiais apropriados e convidativos para o brincar, e auxiliando-as quando solicitados.

Muitas vezes, o educador é convidado a participar da brincadeira e a desempenhar um papel. Essa participação deve ser orientada pela observação e pela escuta cuidadosa das crianças e de como decidem o desenrolar da situação imaginária.

É preciso que o educador não imponha seus desejos e vontades, do contrário ele poderá destruir a brincadeira das crianças. Através do respeito às decisões e escolhas das crianças, o educador poderá ser um participante (não um orientador) que busca enriquecer a brincadeira trazendo novas indicações e relações que poderão ser estabelecidas.

A chave para uma boa intervenção do educador nas brincadeiras é a **observação** e o respeito pelas escolhas da crianças, o que só é possível pelo conhecimento do jogo da criança, do que brincam, de como brincam, de sua cultura, de sua lógica própria. Dessa forma, brincar junto com as crianças e partilhar verdadeiramente com elas essa experiência torna-se um imperativo, para formar sujeitos criativos, fazedores de sua história. Trazer para elas as experiências de brincadeiras da infância, **combinando o novo e o velho**, construindo um presente mais rico. Quanto mais experiências no campo do brincar, do fantasiar, do imaginar, maior possibilidade se tem de criar e recriar a realidade.

Considerações Finais

Brinquedos e brincadeiras são fundamentais para a construção do conhecimento na educação infantil.

Os **brinquedos** são, simultaneamente, meios de brincar e instrumentos da inteligência e da atividade lúdica. Constituem-se como um **reflexo das gerações passadas**, dos parâmetros culturais desenvolvidos ao longo do tempo pelas diferentes realidades socioeconômicas.

Portanto, **é no brinquedo que a criança aprende a agir, constrói seus primeiros conceitos**, substituindo o que é real pelo lúdico, tudo inserido em um processo que envolve fatores como sensibilidade, percepção, atividades e interação.

As **brincadeiras** são ferramentas indispensáveis quando se fala em lúdico. Elas trazem para as pessoas uma visão diferente do mundo, facilitando a criatividade e a independência, estimulando a imaginação e a forma com que as crianças se expressam. É importante ressaltar que são maneiras de ensinar a elas as regras de convívio social.

Essa relação entre os jogos e a aprendizagem significativa destacar que a boa escola não é necessariamente aquela que possui uma quantidade enorme de caríssimos brinquedos eletrônicos ou jogos ditos educativos, mas que disponha de uma equipe de educadores que saiba como utilizar a reflexão que o jogo desperta, saiba fazer de simples objetos naturais uma oportunidade de descoberta e exploração imaginativa.



Administra Brasil
Cursos Online Profissionalizantes

Curso online de
Construção do Conhecimento na Educação Infantil

Agora você já pode solicitar o certificado em seu nome por apenas R\$ 29,90.

O certificado é preenchido com o nome informado no pedido e enviado para o seu e-mail, também informado no pedido, em poucos minutos após aprovação. É simples, prático e rápido!

Esperamos que tenha gostado do curso. Até a próxima!